

AS ÁRVORES DO ALTO MINHO. UMA ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA CONHECER O NOSSO PATRIMÓNIO ARBÓREO

por

Álvaro Campelo¹, Tiago Pereira² & Bruno Caldas³

Resumo: Uma pesquisa de campo, pelo território do Alto Minho, permitiu inventariar um conjunto significativo de árvores patrimoniais, seja pelo seu valor ecológico e biológico (inserção na paisagem, espécie, idade), seja pelo valor cultural (organização do espaço humanizado, relação com as vivências das comunidades locais). Durante o trabalho de campo teve-se uma grande preocupação: integrar a comunidade escolar de escolas dos 10 concelhos do Alto Minho nesta inventariação, com o objetivo central de avaliar o interesse e conhecimento dos alunos sobre este património natural. Pretende este artigo dar a conhecer os resultados dos inquéritos aplicados a cerca de 400 alunos, do 8.º Ano de Escolaridade. A partir da sistematização, tratamento e análise dos dados recolhidos é possível propor aqui um conjunto significativo de linhas orientadoras de trabalho nas escolas de forma a iniciarem-se estratégias pedagógicas que aproximem os discentes do património arbóreo herdado. Trata-se, portanto, de, através de uma pedagogia holística, trabalhar as capacidades ‘bio culturais’.

Palavras-chave: Alto Minho, árvores; Património natural e cultural; Comunidade escolar; Pedagogia.

Abstract: A fieldwork, through the Alto Minho territory, we made a significant inventory of heritage trees, either for their ecological and biological value (insertion in the landscape, species, age), or for cultural value (organization and humanized space, relationship with experiences of local communities). During the fieldwork, there was a major concern: integrating the school community in this inventory. The central objective is evaluating the interest and knowledge of students about this natural heritage. The paper gives us the results of the surveys, applied to 400 students, between 13-14 years old. With this research it's possible to propose guidelines for working with students, pedagogical strategies, the value of this natural heritage, on ‘bio cultural’ capabilities.

Keywords: Alto Minho, trees; Natural and cultural heritage; School community; Bio cultural pedagogy.

¹ Universidade Fernando Pessoa. FP-B2S. CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

² Pardais & Caudais – Echoheritage Management.

³ Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o conhecimento e usufruto do património arbóreo com a qualidade de vida das crianças começa a ter uma significativa evidência científica (BLAIRI, 2009; MAFFI, 2001; O'BRIEN & MURRAY, 2007; GIBLETT, 2011;

CHRISTIAN *et al.*, 2015; CHAWLA, 2015). Uma maior consciência de que o ser humano se entende melhor como estando inserido num determinado contexto ecológico, numa relação de interdependências e que este contexto ecológico, humanizado, com seus variados ecossistemas, é marcado pela história humana, que, por sua vez, o influencia, não tem escapado do campo de trabalho dos investigadores (ATKINS *et al.*, 1998; DARBY, 2000; INGOLD, 2000; DESCOLA, 2005; CAMPELO, 2004; 2010; 2013; 2017a; 2017b).

Conhecedores disto, tendo consciência da importância de valorizar o património arbóreo e suas paisagens, até com os seus valores simbólicos (BAROJA, 1950; ALBERTOS, 1974; CAMPELO, 2017b) a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho) colocou no terreno um projeto de investigação/ação que tinha como objetivo inicial efetuar o levantamento das árvores patrimoniais e históricas do seu território, com o objetivo de as inventariar, classificar e proteger. Trata-se de um objetivo previsto na Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, para a classificação do arvoredo de interesse público. A consciência do valor destas árvores (por vezes designadas por '*old and precious trees*' — *OPT*, cf. ZHANGA *et al.*, 2017) obriga a uma política de inventariação, investigação e defesa. Dentro deste propósito, tomou como fulcral a participação da comunidade escolar, na convicção de que é auscultando a perceção dos alunos sobre as árvores que os rodeiam, isto é, no contexto das comunidades físicas e sociais, a melhor estratégia para os sensibilizar e educar na valorização deste património e os envolver na sua preservação.

O envolvimento das comunidades dos espaços sub-regionais e o levantamento das narrativas dos alunos sobre as árvores com história, existentes dentro dos seus espaços vivenciais, pode e deve ser uma estratégia de formação e de educação, como provam estudos recentes (BROUARD, 2015; LAAKSOHARJU & RAPPE, 2017). A consciência de que as árvores são, para além de um património natural, um extraordinário património cultural e emocional, está no cerne deste projeto (BATESON, 1980; BOTKIN, 1990; HAGENEDER, 2009; DORFMAN, 2011).

Entendemos, numa perspetiva mais ampla, de que se formos capazes de capacitar e sensibilizar para os valores do património natural e cultural, estaremos, a longo prazo, a contribuir para a coesão social e ecológica dos territórios e em particular dos territórios do hinterland urbano — rural (onde por vezes o rural perde importância).

As paisagens marcadas por determinadas espécies arbóreas e por arvoredos, afirmam-se, cada vez mais, como bens passíveis de serem assumidos e tratados dentro daquilo que usualmente chamamos de património herdado. Um património material natural, é certo, mas também um património cultural, imaterial, porque se nele reconhecemos uma variedade de espécies botânicas, expressão da biodiversidade existente no nosso território, não menor é o reconhecimento de que esta biodiversidade, sua prevalência ou ausência em determinados lugares, as formas e raridades estéticas com que se manifesta, a vetustez que ostentam certas ‘individualidades’ ou conjuntos arbóreos, têm muito a ver com uma história; ou seja, a história da humanização do nosso território, das escolhas e valorizações económicas, ambientais e simbólicas, marcantes da identidade e da dinâmica social do território do Alto Minho.

Estamos perante um património que ultrapassa aquilo que já de si é precioso. Isto é, para além ser um património ecológico preservado e a preservar, num ecossistema, com sua biodiversidade, ele é o resultado e a fonte de estórias vividas, de relações, de decisões e de emoções. Uma árvore ou arvoredo pode encerrar este património emocional, cultural (CAMPELO, 2017b). Assim, cada geração herda um património arbóreo que é um ‘bem’ transmitido pelas gerações precedentes. A atenção que as atuais gerações dão a este património deve passar por três níveis: primeiro, conhecê-lo e investigá-lo; segundo, usufruí-lo com sabedoria, para, depois, transmiti-lo aos vindouros; terceiro, sermos capazes de lhe atribuir um valor através da valorização económica de bens ambientais.

2. METODOLOGIA

O projeto de trabalho com as escolas inseriu-se, então, dentro do projeto de levantamento de árvores históricas e patrimoniais, por todo o território do Alto Minho. O estudo baseou-se na construção de um instrumento de pesquisa em forma de Inquérito e fez-se a sua aplicação a adolescentes com idades entre os 12 e 14 anos, a frequentar o 9.º ano de escolaridade. A razão da escolha desta faixa etária deve-se a facto de ser esta uma idade charneira, onde os conhecimentos decorrentes do plano de estudos ainda abarcam uma não especialização disciplinar, ao mesmo tempo que já manifestam uma maturidade cognitiva, onde as temáticas associadas ao meio ambiente são assumidas como importantes.

Foram sorteados um agrupamento de escolas por cada concelho do Alto Minho (10 concelhos), sendo que o número de respostas ao inquérito foi de 372

estudantes. Os nomes dos alunos não são mencionados, para preservar a sua identidade e garantir aos professores e famílias que a informação seria tratada confidencialmente, em resultado do consentimento das comunidades inquiridas.

Construiu-se um inquérito por questionário, composto por perguntas fechadas e outras abertas, onde se podia desenvolver as respostas. Os alunos tiveram, na folha do inquérito, figuras estilizadas de diferentes tipologias arbóreas (tamanho, tipo de tronco/fuste, forma da copa) para selecionar a espécie de árvore que inventariavam. O Inquérito estava preparado para ser preenchido pelos alunos, a fim de se conhecer os seguintes dados sobre a árvore escolhida: nome; idade; localização; quem a teria plantado; estórias associadas à árvore; tradições e práticas associadas à árvore, local onde se encontra e se gostariam de a ver classificada. Aos inquéritos recolhidos foi aplicada uma metodologia de análise estatística quantitativa, e uma metodologia qualitativa através da análise de conteúdo às respostas escritas dos alunos.

3. O ARVOREDO DO ALTO MINHO

A paisagem arbórea do Alto Minho tem vindo a degradar-se nos últimos anos. Esta degradação ocorre em razão das alterações de ordem social e económica, próprias a comunidades anteriormente marcadas pela preponderância de um mundo rural, sustentado pelas práticas agrícolas tradicionais, a braços com as profundas alterações técnicas de produção (LEITÃO, 2011). Decorrente disto, assistiu-se também ao surgimento de novos modelos sociais de organização familiar e novos estilos de vida. O valor da terra, da propriedade fundiária e todo o mundo do imaginário associado a essa posse sofreu uma mudança brusca a partir da segunda metade do século XX. Uma mudança acentuada pela forte emigração e pelas expectativas de promoção social baseadas na educação e nos ‘novos’ empregos. Destes fenómenos dá visibilidade o abandono dos campos, o não investimento em áreas de produção anteriormente relevantes, como era a produção animal, a produção vegetal, a floresta, o cultivo do olival, as produções agrárias tradicionais, a silvo pastorícia, etc.

Também nas últimas décadas, com significativo impacto nos últimos anos, a frequência, dimensão e impacto dos incêndios florestais são uma causa incontornável desta alteração paisagística (SILVA, 2007a; TERESO *et al.*, 2011). Para este problema contribuem as razões anteriormente aduzidas às transformações do mundo rural, mas também decisões desajustadas das escalas e contextos de definição das

políticas e instrumentos de gestão do território, em particular ao nível rural e florestal, seguramente ampliados no contexto das mudanças climáticas. Privilegiaram-se também, em contextos territoriais inapropriados, espécies exógenas mais rentáveis, como o eucalipto, em detrimento das espécies endógenas e de grande valor estético e ambiental (e também económico/ecológico), como as que no passado ocupavam os soutos, castanhais e carvalhais.

A história da paisagem arbórea do Alto Minho passou por diferentes fases, pois a floresta natural autóctone entre a fase anterior à última glaciação de Würm (110.000-10.000 anos), e a que se seguiu depois desse período glacial, apesar de não se alterar profundamente ao nível dos constituintes, alterou-se ao nível da sua frequência e ocupação do território, entre áreas de expansão e de refúgio, conforme a prevalência do frio e o aumento das temperaturas (ICNB, 2000, 2009; SILVA, 2007a; TERESO *et al.*, 2011; AMVM, 2011; FARINHA, 2017). Uma vez expandem-se as folhosas mesófilas, outras as zonas de matos e bidoais (*Bétula sp.*), nos locais mais altos e frios. Desde há cerca de 13.000 anos tivemos uma proeminência, progressiva, de grandes áreas de carvalhais. Durante o Holoceno, grande parte do nosso território era ocupado por florestas de carvalhos de folha caduca, carvalho negral (*Quercus pyrenaica*); carvalho-alvarinho (*Q. robur*); marcescente (cerquinho — *Q. faginea*) ou persistente (azinheira — *Q. rotundifolia*); sobreiro (*Q. suber*); para além de outros carvalhos com menor representação ou dominância (*Q. canariensis*, *Q. coccifera*, *Q. lusitanica*). Outra espécie presente, e de grande valor no futuro, era o castanheiro (*Castanea sativa*).

Nas zonas mais húmidas e ribeirinhas, nas cotas mais baixas e ao longo dos cursos de água, surgiam florestas ripícolas, com espécies como o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), os salgueiros (*Salix atrocinerea*; *S. salviifolia*, entre outros), o choupo-negro (*Populus nigra*) e o choupo-branco (*Populus alba*), o loendro (*Nerium oleander*), entre outras espécies. Para além dos carvalhos, ocorriam também outras espécies arbóreas, como sejam, entre outras, as faias (*Fagus sylvatica*), o azevinho (*Ilex aquifolium*), a aveleira (*Corylus avellana*), os bordos (*Acer campestre*; *A. monspessulanum*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), a cerejeira-brava (*Prunus avium*), pereiras-bravas (*Pyrus cordata*; *P. bourgaeana*, entre outras), tramazeira (*Sorbus aucuparia*), o mostajeiro (*Sorbus torminalis*), o pilriteiro (*Crataegus monogyna*), o lentisco (*Phyllirea angustifolia*). Temos algumas raridades como o azereiro (*Prunus lusitanica*) e o loureiro (*Laurus nobilis*), elementos paleogénicos subtropicais.

Comum na paisagem natural do Norte de Portugal era o castanheiro (*Castanea sativa*), já referenciado. A prevalência de soutos mostra a importância que o fruto, a castanha, tinha na alimentação dos camponeses até ao século XVII.

O mesmo se pode dizer da sua madeira de grande qualidade (o ‘castanho’), tão nobre e valorizada. A crescente importância na Idade Média do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), fez recuar a implantação dos soutos e carvalhais.

Após o final da época do gelo de Würm, a primeira grande alteração da paisagem aconteceu com o início do neolítico, pela domesticação de animais e plantas, há cerca de 7.000 anos. A prática do pastoreio vai pressionar a paisagem natural. Mais consequências dessa pressão são notórias no início da agricultura, nesta região, há cerca de 4.500 anos. A atividade humana agrícola e de pastoreio intensivo provocou profundas alterações na paisagem, moldando-a pela gestão que dela fez, cortando árvores e usando o fogo para libertar espaço ao cultivo. Por sua vez, desde a ocupação romana, até à Idade Média, ocupar a terra é planejar o seu uso, desflorestando, arroteando, criando percursos para o pastoreio dos animais, construindo vias de acesso a cidades. A floresta autóctone sofre uma alteração irreversível na Idade Média com a criação de espaços agro-silvo-pastoris, que se vão fixando e alargando até bem dentro da era moderna. De tal forma a desflorestação se veio a acentuar com o aumento da população e com as necessidades de madeira para os ‘descobrimentos’, que a necessidade de leis para sua proteção se impôs. Mas esta necessidade e a consciência da perda dos bosques naturais não impediram situações extremas de desflorestação, verificadas já no século XIX.

Apesar da fragmentação da propriedade rústica (MANIQUE, 1935), houve uma recuperação extraordinária do cultivo das terras no final da primeira década do século XX, a década do maior aproveitamento histórico do espaço agrícola (que não é o mesmo que dizer da produção), sendo que o aproveitamento florestal atingiu a máxima expressão na década de 50, decorrente de decisões políticas e de administração do território. Mas, a partir daí, tem vindo a decrescer (BAPTISTA, 1993; LEITÃO, 2011) de uma forma manifestamente intensa. No que respeita à floresta autóctone, o último inventário florestal (ICNF, 2010) dá-nos conta das florestas de carvalho a ocuparem só 2% da área florestal, e o sobreiro e a azinheira a ocuparem, respetivamente, 23 e 11% dessa área, valores aos quais as autoridades nacionais não deveriam ficar alheias aquando, por exemplo, da preparação dos Programas Nacionais e Regionais de Ordenamento Florestal.

A agricultura, o pastoreio e as necessidades de madeira foram criando uma paisagem estruturada, homogeneizada e especializada. Nas zonas florestais ou matas, na sua maioria localizadas nos terrenos menos férteis e de cultivo mais difícil, prevalecia um conjunto arbóreo diversificado, onde se podia encontrar o pinheiro-bravo, as diferentes espécies de carvalhos e de sobreiros, bétulas/vidoeiro, a faia e o freixo, azevinhos e espécies subarbustivas, como a giesta (*spartium junceum*). Coincidiam estas árvores com matos de urze, carquejas, estevas, tojos, silvas, fetos

(*Nephrolepis cordifolia*) e outras plantas arbustivas e herbáceas. Nos locais em maior altitude as árvores eram raras e o coberto vegetal era escasso. Em certas zonas de grande encharcamento, por abundância de água e fraco escoamento, por se tratar de locais de planalto, encontrávamos trufeiras de grande valor ecológico e biodiversidade. Muitas destas zonas encharcadas estão na origem de um número significativo de pequenos rios e de riachos que para aqueles confluem.

Já as zonas agricultadas, para produção de cereais e pasto, ou para leguminosas, foram estruturadas com organização e tamanho do espaço trabalhado diferentes, conforme as técnicas de produção relacionadas com leiras em socalcos, esculpidas nas encostas das montanhas, ou com os campos das veigas e zonas ribeirinhas. Se nas leiras dos socalcos a presença de árvores é menos comum, dada a rareza do espaço, as dificuldades que surgiriam, com a sua presença, para o cultivo e a fácil delimitação dos terrenos pelos muros de sustentação das terras, nas veigas somos presenteados com um número significativo de árvores, junto das extremidades dos campos. Elas foram, umas vezes, ali arrumadas para não impedirem os trabalhos de cultivo; outras, para delimitarem a propriedade e, ao mesmo tempo, providenciarem produtos importantes para a casa do agricultor. As árvores que aqui encontramos são essencialmente árvores de fruto, das mais variadas espécies, mas onde também têm preponderância o castanheiro, a oliveira, e, por vezes, plátanos. Quanto mais os campos se situam na proximidade da casa do proprietário, mais abundam as árvores de fruto, e mais se diversificam, com a presença das macieiras, pereiras, cerejeiras, laranjeiras, etc.

Não nos podemos esquecer que a paisagem humanizada do Alto Minho tem uma configuração muito específica, já tida em conta por vários autores (cf. por ex. RIBEIRO, 1945). Ela caracteriza-se por ser essencialmente de minifúndio e de povoamento urbano muito disperso. Isso não invalida a existência de pequenos aglomerados urbanos nas comunidades de alta montanha, que também existem no Alto Minho. Tendo em conta que a casa de cada lavrador tinha na zona envolvente um relativo espaço rústico, que na maior parte das vezes lhe pertencia, a gestão da ocupação deste espaço fazia-se pela urgência de ele suprir as necessidades mais quotidianas da casa. Era ali onde se situavam as diferentes valências de serviços domésticos para a casa e animais, em anexos construídos ou organizados para esse efeito. Mas era também neste espaço adjacente onde se plantavam e conservavam árvores de grande valor, seja porque davam fruto e alimento, como sob elas se realizavam atividades associadas ao mundo da produção agrícola ou ao mundo do lazer e festividade familiar. E havendo a possibilidade de conciliar a produção à função e fruição estética, os proprietários foram dispendo o arvoredo de forma planeada, seja por um olival organizado, seja pela colocação dos castanheiros em

locais de impacto estético. A espécie mais utilizada para conciliar a produção e a organização estética foi a laranjeira (*Citrus X sinensis*), de onde surgiram os ‘laranjais’, jardins de fruta, entre regos e caminhos bem estruturados. A presença das camélias, buxos (*Buxus sempervirens*) e outras árvores ornamentais já denunciavam maiores cuidados de organização do espaço anexo à casa. Assim, em situações mais elaboradas, essa organização do espaço configurou zonamentos de jardim, com funções estéticas, de fruição e até emocionais.

Importa ainda sublinhar esta outra dimensão de análise, ou seja, a importância das áreas de arvoredo planeadas para fins estéticos e paisagísticos, de lazer e recreio e até de prestígio social. No Alto Minho estas áreas têm uma dimensão patrimonial riquíssima, onde convivem espécies autóctones com outras vindas de zonas mais distantes, e distintas, do planeta. A introdução destas espécies é feita com a intenção não só de embelezar os jardins, cercas e quintais das casas, mas também pretende comunicar o poder, a riqueza e, até, o cosmopolitismo das casas senhoriais. Trazer para o jardim, ou cerca da casa senhorial, espécies oriundas de África, Américas ou do oriente, distinguia os proprietários e seus descendentes. É assim que surgem espécies arbóreas como as cameleiras (cujas flores se chamam camélias) (*Camellia japonica L.*) (aqui designadas também como ‘japoneiras’, o que indicia desde logo a origem), as nespereiras *Eriobotrya japonica*, as ‘magnólias’, as diferentes espécies de palmeiras família *Arecaceae* e as famosas araucárias (*Araucaria angustifolia*), até às hoje problemáticas acácias família *Acacia*, entre tantas outras espécies de arbustos, floridos ou não, de menor dimensão.

Assim, o aumento do prestígio da casa e abundância de terreno, associado ao decréscimo da necessidade do cultivo produtivo do espaço envolvente à casa, dá origem a jardins elaborados, povoados de buchos e cameleiras, ou a cercas e florestas planeadas, numa estratégia que tem origem na tentativa romântica de reprodução da paisagem natural ou agrária, trazendo-a para junto da casa onde se habita. Mais do que transformar a paisagem, os proprietários que construíram os seus jardins/cercas quiseram afirmar o poder de dominar o selvagem, num ato de civilização dos sentidos, onde o tocar é apoderar-se do estranho, o ver é educar o conhecimento, e o ouvir os ruídos aí manifestos é mergulhar no éden de uma paz prometida. Um éden porque a própria cerca é vivida como um espaço de recolhimento e proteção, território da casa que o protege os que aí habitam de outras formas de habitar, de outros grupos sociais. É o fascínio pela natureza, pelas sombras e pela higiene social, que está na base destas construções. Os proprietários quiseram trazer para junto de si a natureza, nos jardins que construiu, nas florestas que inventou. Os jardins são, de facto, o maior esforço inventivo de recriação do mundo. Um mundo ordenado e dominado, onde o homem se apropria do espaço,

impondo perspetivas, mapeando percursos, classificando e enumerando as espécies, como foram os jardins do renascimento. O homem, qual demiurgo, fazia jus das suas tecnologias de controlo, orientando os rios, provocando as formas ‘naturais’, agora dispostas segundo lógicas e interesses de uma classe que as usufruía comodamente e sem qualquer perigo. Com o conhecimento do novo mundo, e sua colonização, nasceu o interesse pela paisagem exótica, que foi acompanhado, principalmente em Inglaterra, pelo interesse pela própria paisagem. A paisagem exótica era agora o ideal ‘natural’, marcada pela pureza original e divina. Na Inglaterra, a reprodução da paisagem do campo e a paixão pela vivência do espaço aberto que circundava as casas das classes superiores, fazia-se com o preço da expulsão dos camponeses. Nas representações artísticas das paisagens, raramente os agricultores estão presentes. E quando estão, em número muito reduzido, são colocados nas margens do enquadramento. A reprodução destas paisagens, exóticas ou camponesas, faz-se porque foi posto em prática uma observação empírica por alguém que passou a ser um profissional do ‘mundo da paisagem’, criador das paisagens ideais para as casas de campo, mas que, ao mesmo tempo, criou a ambivalência da imagem cultural do campo (*country*): território da nação, país; terra onde se praticava a agricultura. No caso do Alto Minho, não era tanto ‘reprodução’ da paisagem rural, porque lhe faltava espaço. O que se fez foi a ‘reprodução’ de ‘florestas exóticas’, fossem elas pequenas matas onde se multiplicavam e cruzavam árvores endógenas com exógenas, fossem jardins românticos, com árvores exóticas e surpreendentes, a invocarem terras distantes, entre labirintos, grutas e pequenos lagos.

Quando olhamos para os locais onde se encontram algumas das mais significativas árvores históricas, outros espaços merecem a nossa atenção. São eles as margens dos caminhos, as alamedas das estradas nacionais, assim como os adros de igrejas e os terrenos envolventes a capelas e santuários.

Nas últimas décadas realizaram-se em Portugal extraordinárias obras civis no que respeita às vias de comunicação terrestres. A construção de novas estradas, vias rápidas e autoestradas fez-se com regras de construção muito diferentes daquilo que era usual. A abertura dos espaços, a rapidez e facilidade na mobilidade, as noções de segurança e os materiais empregues, alteraram profundamente a paisagem. No passado, para sustentar as margens e taludes das estradas, para drenar e dar solidez a terrenos alagadiços, defender os veículos, em curvas acentuadas, de pendentes e declives perigosos, para embelezar e proteger do sol pequenos parques de descanso ou miradouros oportunamente selecionados, os responsáveis pela construção das vias plantaram aí árvores de diferentes espécies, desde o pinheiro, o carvalho, o sobreiro, o plátano, até aos choupos, salgueiros e uma enorme variedade de ciprestes e cedros. Muitas destas árvores não resistiram às peripécias do tempo,

mas outras ainda pontuam os nossos cursos viários, ora isoladas, ora em alamedas majestosas, que nos conduzem por estradas cénicas.

Já nos adros das igrejas paroquiais e junto de pequenas capelas ou nos terreiros mais alargados de santuários de grande prestígio e romagem, podemos encontrar algumas das espécies arbóreas de maior vetustez, em grande quantidade e variedade. Algumas destas árvores são coetâneas do tempo de construção da capela ou santuário! Acontece que encontramos nos terreiros envolventes das capelas e santuários, quase sempre sob tutela das irmandades e confrarias, pequenos ou grandes parques arbóreos com espécies variadas, mesmo que sejam os carvalhos, sobreiros e acácias as espécies mais presentes. Há uma organização do espaço com as tipologias das árvores: mais longe do santuário estão o pinheiro-bravo, o sobreiro e até eucaliptos; depois temos acácias e carvalhos, a proporcionar a sombra sobre os terreiros onde os romeiros estacionam para os repastos e descanso e, posteriormente, para a dança e demais folia da festa; e se junto ao monumento religioso encontramos ainda os carvalhos, sempre presentes com a simbólica sagrada, desde a pré-história, também é aí que se pode encontrar árvores mais exóticas e tidas como prestigiantes para o santuário, nomeadamente a araucária, a palmeira e as magnólias. Presentes junto das igrejas e capelas, no passado, estavam também as oliveiras. A dado momento, com a reorganização dos espaços sagrados, elas envelheceram e não foram substituídas, levando à sua ausência em muitos destes espaços. Só muito recentemente assistimos ao regresso da oliveira às envolventes dos monumentos sagrados, mas agora mais com função estética (e são podadas com essa intenção) do que para prover o templo com o azeite para sinalizar a presença do Santíssimo, uma missão tão exigente, que só as paróquias com relativa riqueza poderiam assegurar, como se pode constatar pela constituição tardia, em muitas paróquias, da Confraria do Santíssimo.

Brevemente, este é o panorama da paisagem arbórea do Alto Minho com que os alunos se depararam. A presença ou ausência de certas espécies de árvores só podem ser entendidas se conhecemos o processo histórico de humanização e apropriação desta paisagem.

4. A ESCOLA, ESPAÇO EDUCATIVO

A relação das crianças com a natureza tem um carácter distinto dos outros grupos etários. O crescimento é um processo de aprendizagem num espaço muito particular, em geografias diversas, em meios ambientais que se experienciam

física, sensorial e emocionalmente, com consequências para toda a vida. A perda da vinculação educativa com a natureza é uma das maiores tragédias dos tempos correntes, seja nas sociedades ocidentalizadas, seja naquelas onde os processos de urbanização são extremos; seja, ainda, naquelas onde os estilos de vida e de lazer obrigam a grandes períodos de exposição às novas tecnologias de informação e comunicação.

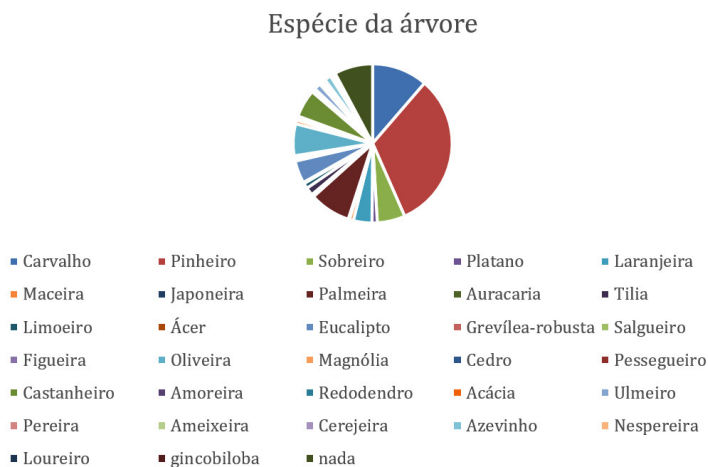
O conceito de “défice de natureza” (*nature-deficit disorder*), cunhado por Richard Louv (2006) mostra como se tem acentuado esta distância entre as crianças e a natureza, com consequências evidentes na obesidade, no crescimento da chamada ‘desordem do deficit de atenção’ e das depressões. Mas mais do que as possibilidades do surgimento de desordens, o autor chama a atenção para a perda dos benefícios da interação entre as crianças e a natureza. Benefícios como uma melhor qualidade de vida e saúde, maior criatividade, melhores emoções afetivas, etc. Estes factos obrigam a pensar e questionar, dentro da atual sociedade, como é necessária uma educação ambiental e como a escola pode contribuir para essa educação; e ainda como o próprio meio ambiente pode ser uma escola holística educativa, onde a natureza é a aula, como propõe Philip Bruchner (2018) com a sua ‘bosquescuola’ (cf. <https://bosquescuola.com>). O impacto de uma educação escolar em relação com a natureza tem sido estudado por vários autores (Freire, 2011; KAHN & KELLERT, 2002; CHAWLA, 2007, 2015; ERNST & THEIMER, 2011; GILL, 2014; CHRISTIAN *et al.*, 2015; GURHOLT & SANDERUB, 2016) e trás mais-valias assinaláveis, como por exemplo: dar uma referência concreta ao que na maior parte dos conteúdos é abstrato; implicar a totalidade do corpo do educando, fomentando a psicomotricidade; educar para um mundo sustentável; possibilitar uma relação ‘espiritual’ com a natureza, vendo os seus ciclos e questionando o papel de cada um; educar para a curiosidade, explorando a informação disponível. Por outro lado, uma educação ambiental faz dos alunos os principais defensores do meio ambiente (NIKLASSON & SANDBERG, 2010; SIMESEKLI, 2010, 2015). A relação que estabelecem com as árvores iniciam-nos no entendimento dos benefícios que delas podem retirar, facilitando a ligação com o espaço onde habitam (LOHR & PEARSON-MIMS, 2005; O’BIEN & MURRY, 2007; LAAKSOHARJU & RAPPE, 2017).

No nosso projeto interessava-nos saber como os alunos do Alto Minho, a partir da amostra selecionada, tinham um conhecimento das árvores históricas e monumentais deste território, sabendo identificá-las; e qual o discurso emotivo perceptível nas suas relações com as árvores. Se bem que o projeto de investigação tem na base a inventariação das espécies arbóreas com valor patrimonial e histórico, os dados levantados colocam também questões para a utilização deste

saber, como vimos, para uma educação informal mais rica e de grande impacto no desenvolvimento e na vida futura das crianças.

5. “A MINHA ÁRVORE”

Do levantamento feito por inquérito, à população escolar, sobre as árvores patrimoniais, realizado durante o ano de 2017, no território do Alto Minho, surgiu logo um dado interessante quanto às percentagens das espécies referenciadas (Quadro 1). A espécie mais referida pelos alunos é o pinheiro (32%), seguida pelo carvalho (11%). Há, depois, uma grande dispersão por mais de trinta espécies (cf. Quadro 2), sendo que cerca de 7% dos alunos que preencheram o inquérito não mencionaram qualquer uma. Não estranha, também, que seis das espécies mais mencionadas, em percentagem geral, sejam, para além das já referidas (pinheiro e carvalho), a palmeira, a oliveira, o sobreiro, o castanheiro, o eucalipto e a laranjeira. Veja-se o caso particular do eucalipto, que sendo uma árvore exógena e bem problemática para o nosso ecossistema, ele encontra-se relativamente bem posicionado nas respostas dos alunos, dado estar também, em espaços, recintos e percursos do Alto Minho, com significativa presença monumental. Muitos destes exemplares não se apresentam com fins económicos, mas estéticos ou na defesa da estrutura física dos lugares onde se encontram, nomeadamente junto de vias de comunicação.



Quadro 1. Percentagem e variedade das espécies arbóreas no Alto Minho referidas no inquérito.

É perante este quadro arbóreo que os alunos das escolas do Alto Minho refletem. A expectativa em relação às referências dos alunos sobre as árvores, deve ter em conta um dado muito interessante, já referido por alguns autores (cf. ZHAO, 2017). Para além da imponência de uma determinada espécie, e da proximidade/familiaridade que um aluno tem com a árvore que existe no seu entorno espacial e doméstico, ligada às suas experiências de vida, importa também ter em atenção a dimensão visual e temporal do ciclo vegetativo das árvores. Ou seja, a forma, cor e dimensão como a árvore, de uma determinada espécie, se apresenta ao olhar, à visão, numa particular estação do ano, principalmente na primavera, verão e outono, marca muito a relação da comunidade com ela!

Os alunos referem várias espécies e, desde logo, aliam a essa escolha uma proximidade afetiva e alguns eventos familiares, que iremos desenvolver mais à frente. Há quem pense no conjunto dos carvalhos da Paisagem Protegida de Corno de Bico e os defenda *“por serem centenários”*. Os carvalhos de Castro Laboreiro são recordados porque *“as folhas do carvalho têm uns pêlos que os protegem do frio”*. Há quem refira o loureiro: *“Para mim o loureiro é uma árvore muito linda, tem uma folha suave, ... para a culinária e não polui. Não tem valor histórico, mas acho que é uma das árvores mais lindas da região”*. Ou então escolhe-se a árvore do jardim, como a ‘japoneira’: *“está à frente da minha casa e todos dizem que é uma árvore muito antiga”*.

As árvores de fruto têm também lugar destacado! Veja-se, por exemplo, uma tangerineira centenária da Correlhã, citada por vários alunos. Isto porque, *“para além de o fruto ser mais resistente que o normal, tem como tradição fazer sombra para piqueniques em família”*. Outra árvore fruteira tradicional é escolhida por um menino de Melgaço. Trata-se de uma pereira, na freguesia de Cristóval, escolhida pelas suas dimensões. Também uma ameixoeira da Quinta da Oliveira, em Monção, deveria ser classificada porque *“está a enfeitar um passeio por onde muita gente passa”*. Há quem não se esqueça de mencionar uma figueira, pois ela *“faz-me lembrar quando estava com a minha avó”*. Já a cerejeira que está na casa da tia de um aluno de Monção, deveria ser classificada porque *“é uma árvore muito bonita e para mim ‘sagrada’!”*. Por sua vez, uma nespereira da freguesia de Gandra, é recordada porque *“quando eu era pequena, eu e os meus pais íamos para lá festejar os anos de todos”*. Alguns alunos de Monção não esquecem a laranjeira da escola, de fruto *“saboroso e succulento”*, por *“salvar a fome de alguns alunos”*. Na questão referente à idade, não estranha o facto da grande maioria dos inquiridos não saber a idade das árvores que escolheu (Quadro 3). A idade da árvore preferida, ou que se lhes apresenta como árvore patrimonial, provavelmente, nunca foi uma questão com a qual se depararam. Talvez só quando confrontados

com a pergunta é que pensaram sobre a temporalidade dessa árvore. Mesmo que tenhamos alunos a referir uma significativa percentagem de árvores com mais de 100 anos (6%), o que prevalece é este desconhecimento (81%). Este é um dado a possibilitar uma abertura para suscitar a discussão e colocar os alunos perante os desafios da datação das espécies botânicas. A situação permite o debate e a consequente aprendizagem no âmbito desta problemática.

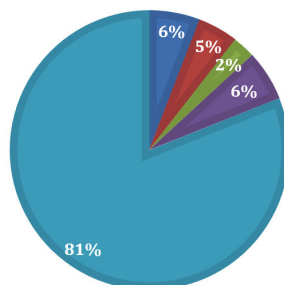
As poucas respostas onde se dá uma datação com alguma fiabilidade são aquelas onde o aluno relaciona a árvore com um familiar, seu antepassado. Temos, assim, uma menina de 14 anos, da Feitosa, Ponte de Lima, que atribui a idade de 102 anos a um castanheiro, justificando-a por ter sido o seu bisavô que o plantou. Numa quinta, na Freguesia de Sá, há uma oliveira centenária, pois a avó (com 85 anos) de uma aluna foi em criança para lá viver e trabalhar e *“ela já lá estava, com o mesmo tamanho que tem hoje!”*.

Os alunos vão referindo as árvores e as datas respetivas: *“a tília da Rua da Igreja, em Campos, Vila Nova de Cerveira, tem mais de 100 anos”* (aluna de 13 anos); *“o carvalho da capela de S. João, em Gondar, tem mais de 100 anos!”* (aluno 14 anos); *“o sobreiro do recinto da capela do Senhor d’Agonia deve ser classificado por ter sido plantado entre 1780 e 1800, pois foi plantado ao mesmo tempo da construção da capela”* (aluna 14 anos); *“o sobreiro de S. Silvestre, de Cardielos, deve ser preservado e classificado, porque é uma árvore com 300 anos, e eu quero que tenha muitos mais”* (aluna de 14 anos).

Apesar de não haver muitos alunos a escrever as datas das árvores escolhidas, verifica-se que alguns escolhem uma árvore devido às referências locais sobre o facto de serem centenárias. Assumidas como centenárias, as árvores adquirem valor e sentido extraordinário para a comunidade e são conhecidas por todos. Ou seja, verifica-se que só pelo facto de haver uma datação centenária para uma determinada árvore, ela passa a ocupar um lugar único no imaginário da população. Daí se pode concluir a importância da datação na defesa, preservação das árvores e na ligação afetiva da comunidade a elas.

IDADE DA ÁRVORE

■ <20 ■ 20-50 ■ 50-100 ■ >100 ■ Não sabe



Quadro 2. Referência à idade das árvores.

Um outro ponto em questão dizia respeito à localização da árvore referida pelo aluno. É comum dizer-se que ‘só se ama o que se conhece’. Nada tão apropriado como esta relação afetiva, pela proximidade, com a árvore escolhida. Não estranha, portanto, que a maior parte dos alunos (57%) faça referência ao lugar onde vive, como aquele onde se encontra a árvore por si escolhida; e, principalmente, o espaço que está junto à casa (19%). Ou seja, 76% das árvores mencionadas estão no espaço doméstico dos alunos. Um espaço praticado quotidianamente, onde a proximidade reforça o sentido de familiaridade com a árvore escolhida. Dos restantes dados levantados (a partir das narrativas feitas pelos alunos) podemos acrescentar a forte experiência emocional causada por esta familiaridade com a ‘sua’ árvore! Viver e experimentar a árvore é boa justificação para a classificar. Sobre um carvalho centenário, um menino de 13 anos gostaria de o ver classificado “*porque é uma árvore bonita e eu gosto dela; é boa árvore e através dela tenho boa vista quando trepo por ela!*”. Ou então, simplesmente porque está no seu espaço: “*gostaria de classificar o nosso pinheiro manso porque está no meu quintal!*” (menino de 14 anos). Sobre uma palmeira, diz alguém que a queria ver classificada “*porque eu e a minha irmã, quando éramos pequenos, adorávamos a árvore e brincamos muito à volta dela*” (aluno 13 anos).

Valorizar uma árvore porque ela está próxima do lugar de residência ou porque a conhecem e a utilizam, já justifica suficientemente a escolha. Interessante é assinalar essa relevância pelo facto de uma árvore ter origem nesse espaço e correr riscos: “*há um pinheiro solitário, nascido nos anos 70 do séc. XX, que merece atenção, dado ser filho de um pinheiro que viveu na minha localidade e porque neste momento todas as árvores que estavam à volta foram cortadas, restando*

apenas ele” (menina de 13 anos). Esta relação de afeto acontece, também, no desejo de classificação de uma palmeira: *“gostava que fosse uma árvore que simbolizasse as famílias daquela rua, porque sempre que olhasse para ela, lembrava-me das pessoas que vivem lá”* (aluna 14 anos).

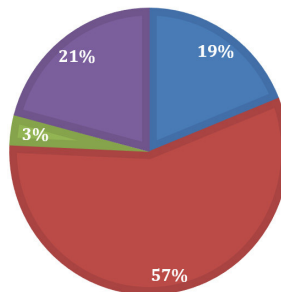
Foge ao discurso repetido por muitos alunos de Melgaço, a referência a um carvalho da freguesia de Paderne, do lugar da feira do gado, que, para além das suas dimensões *“fica perto de onde eu moro e acho que iria dar importância à freguesia de Paderne”*. Em Monção, há crianças que se lembram do Ulmeiro da Vila. Deve ser classificado *“porque é muito antigo”* (aluna de 14 anos); *“porque é muito bonito e faz parte da história de Portugal!”* (aluna de 13 anos).

São vários os alunos que não deixam esquecer a araucária junto à capela de Santo António, em Viana do Castelo. Há muitas razões para justificarem a sua classificação (tamanho — a maior árvore de Natal da Europa! —, beleza, etc.), mas também as há mais pessoais: *“porque é uma árvore que vejo todos os dias e admiro”* (aluno 13 anos). Ou ainda: *“sempre que vivi na abelheira eu passava por lá e via aquela árvore. E acho que se a tirassem não seria a mesma coisa”* (aluna 14 anos).

Se nas fichas, quando se escolheu uma árvore, sempre se mencionou o local onde ela estava, já a narrativa transporta a localidade para sentidos que ultrapassam o mero mapeamento. Aquilo que a menina de Viana do Castelo disse sobre a araucária (*“se a tirassem não seria a mesma coisa”*), confirma a importância que algumas árvores têm para a organização espacial do mundo, ou seja, para a construção de um mapa cognitivo que fornece às pessoas estabilidade e segurança, pela permanência da imagem agradável (CAMPELO, 2017).

ONDE SE ENCONTRA?

■ Casa ■ Onde vive ■ Não sabe ■ outro

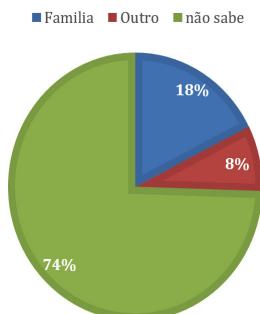


Quadro 3. Referência de localização da árvore descrita pelo aluno.

À pergunta sobre quem foi a pessoa que plantou a árvore por si escolhida, a grande maioria não foi capaz de a mencionar (74%). Assinalando que foram familiares, temos 18% de respostas. Note-se que quando conheciam os plantadores, os alunos sentiam-se mais implicados na defesa e valor da árvore. Assim, um pinheiro tem a atenção devida, “*porque foi a minha bisavó e a minha avó que o plantou e está na minha casa*” (aluno 13 anos). Por sua vez, um aluno de 14 anos quer ver um sobreiro classificado, “*porque fui eu que o plantei no ano 2000!*” (não deixa de ser interessante referir esta data, quando o aluno, em 2017, só ter 14 anos!).

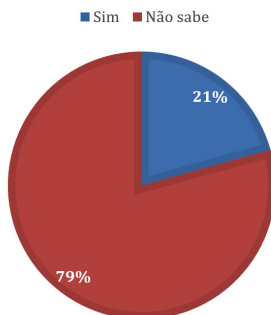
Se, como vimos, algumas datações das árvores são fundadas no conhecimento de quem as plantou, a proximidade familiar entre a criança e o plantador é uma das razões para que ‘aquela’ árvore adquira particular significado e valor. Chega, inclusive, a superar as características biológicas e temporais que justificariam a classificação. Se foi o próprio que a plantou, isso basta para ser importante e deva ser preservada!

QUEM PLANTOU?



Quadro 4. Referência sobre quem plantou a árvore.

CONHECE ALGUMA ESTÓRIA?



Quadro 5. Referência sobre o conhecimento de uma história associada à árvore.

O mundo das florestas e das árvores sempre despertou a literatura do mágico e do fantástico, desta a fase oral à escrita. As árvores têm vida, partilham dos destinos dos homens e são, muitas vezes, autênticas personagens a intervir na história. Outras vezes, ligados às árvores e espaços arbóreos são conhecidos eventos e práticas extraordinárias, ou estórias mais ou menos reconstruídas e transmitidas pelas famílias e comunidades. Se é conhecido de todos o terem sido praticados rituais religiosos e mágicos junto dos carvalhos, sobreiros e outras árvores da nossa paisagem, continua a existir essa referência espacial da floresta e de determinadas árvores a acontecimentos particulares. Por vezes, no imaginário local, são apontadas florestas ou árvores que guardam segredos sobre o que lá aconteceu (com muita frequência segredos no âmbito de aspetos afetivos e físicos). Talvez seja esse o significado dado por um aluno, de 14 anos, que ao falar de um pinheiro manso de S. Martinho de Coura, na Rua das Cachadas, justifica a sua classificação porque, *“se pudesse falar, tinha muito para contar!”*.

A maior parte das ‘estórias’ associadas às árvores têm, mais uma vez, uma forte componente familiar. Veja-se o caso de um pinheiro-bravo, com *‘um grande tronco’*, que é colocado por uma adolescente, de 14 anos, no centro da história da sua família. O pai, quando comprou a quinta onde vivem, queria abater o pinheiro-bravo pois era *“muito torto”*. Mas a mãe fez com que não fosse cortado, contra a vontade do pai. Agora, quando vão às pinhas, no inverno, este é o primeiro pinheiro a ser visitado. Conclui a adolescente: *“Esta árvore está muito ligada à minha família, afinal, vimo-la crescer... já arrancou elogios de muita gente... É um bem especial!”*. Por vezes uma árvore tem valor sentimental por estar associada a um momento particular da vida de uma família: *“porque é uma árvore muito antiga que marca o dia em que a minha casa foi feita”* (menina 13 anos). Ou ainda, sobre a escolha de uma oliveira: *“um dos meus familiares teve uma queda desta mesma árvore!”* (menino 13 anos).

A propósito de um castanheiro da Feitosa, Ponte de Lima, ao qual foi atribuída a idade de 102 anos, todos na família se recordam de um evento sucedido no passado. *“Há 50 anos, o castanheiro ardeu, por estar perto das medas de palha e feno, secas, onde iniciou o incêndio. No ano seguinte ele renasceu e pouco tempo depois dava castanhas. Atualmente produz entre 150 e 200 kg de castanhas por ano!”*. Assim, a menina que o assinalou, justifica a sua vontade de o ver classificado: *“Porque é uma árvore muito grande, já com mais de 102 anos, com muitas histórias debaixo dos seus galhos, e que depois de tanto ano de vida continua a dar castanhas fabulosas e saborosas”*. Esta relação afetiva à família está na base da escolha de outra menina de 13 anos, ao referenciar uma oliveira junto à sua casa, para ser classificada: *“faz parte da história da minha família!”*. Ou, ainda,

a oliveira do lugar de St.º Antão, em Lanheses, que foi plantada pela avó da avó do aluno, de 13 anos, *“nos seus melhores anos de produção de azeitona, a minha bisavó e avó colhiam mais de 100 kg de azeitona”!*

Junto da Casa da Pedrosa, na Correlhã, há uma oliveira ‘milenar’ (*“os donos têm a certeza que se trata de uma árvore milenar”*). Sobre ela conta o nosso relator: *“Esta árvore estendia-se por cima de dois terrenos e demorava, aproximadamente, dois dias a ser ripada por vários homens. Todos os anos, por altura das ripadas, havia homens que escolhiam sempre os mesmos ramos para ripar!”*. No passado, nesta região, a ausência de poda das oliveiras permitia que algumas delas atingissem dimensões consideráveis. Vários homens a ripar uma oliveira durante dois dias teria de deixar marcas no imaginário deste local! O pormenor de mencionar que cada homem já tinha os seus próprios ramos para ripar revela, para além de uma assinalável continuidade temporal (‘todos os anos’), uma profunda relação entre os ripadores e a árvore, e entre eles mesmos. Um tipo de ‘propriedade’ consuetudinária, a promover a coesão social, o sentido de grupo e de interdependência, próprio das relações de interajuda, em tempos característica forte das comunidades locais. Muitas vezes as ‘estórias’ que as crianças ouvem sobre as árvores que conhecem são narradas pelos adultos, quando lhes comunicam a utilidade das mesmas. Uma aluna de 14 anos faz referência ao que ouviu dos pais, sobre o valor da oliveira e do azeite. Desperdiçar o azeite era quase pecado! Daí a sua narrativa: *“Esta oliveira foi plantada pelos antepassados da minha família. Ela tem muito valor, pois é ela que produz o azeite para ser utilizado nos alimentos. O azeite é uma riqueza que não podemos desperdiçar”*.

Se há narrativas sobre eventos por todos conhecidas no lugar ou famílias, outras já se referem ao mundo lendário. É isso que acontece com um azevinho selecionado por uma aluna de 14 anos, existente na sua terra, na Ribeira, Ponte de Lima. À volta deste azevinho *“há uma lenda que diz que o casal que der um beijo debaixo desse azevinho, na noite de Natal, o seu amor fica abençoado!”*.

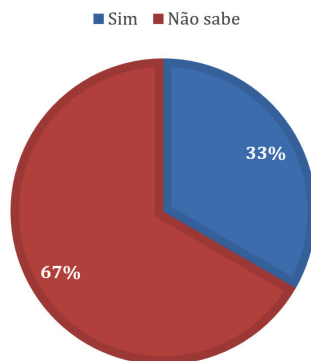
Associar determinadas árvores à identidade da comunidade ou ao nome da freguesia, foi feito por vários alunos. Por exemplo, uma menina de Souto de Rebordões, Ponte de Lima, justifica a sua vontade de ver classificado um castanheiro, na sua freguesia, pela razão de que *“foi graças a este tipo de árvore que deram o nome à freguesia”*. Significado semelhante dá aos pinheiros um aluno da freguesia de Pinheiros, Monção: *“porque estão no monte há muito tempo e são a essência da freguesia”*. Por sua vez, uma palmeira, da freguesia de Barbeita, citada por muitos alunos, em Monção, devia ser classificada porque é um símbolo do lugar: *“A maioria dos habitantes de Monção sabe localizá-la como ponto de referência”*. Já a tília junto à capela de Santo Amaro, Reboreda, dizem ter cerca

de 120 anos. “*Em volta dessa árvore realiza-se todos os anos as festas em honra do Sr. do Alívio, no dia 15 de agosto*” [...] “*É uma árvore de grande porte, muito bem localizada, com muitos anos e que se mantém muito bonita. É talvez das árvores mais antigas do concelho de Vila Nova de Cerveira. Esta árvore é um símbolo e uma referência na freguesia de Reboreda*” (aluna 14 anos). Um carvalho de Paredes de Coura, no lugar da Cotaleira, a que chamam ‘carvalho grande’, “*é uma árvore que faz parte da cultura e tradição de Paredes de Coura*” (aluna 13 anos). Temos ainda outro carvalho, na freguesia de Cossourado, que ali foi plantado porque “*suportaria temporais e quanto mais vento, mais ele se agarra ao solo*”. É um lugar especial de convívio: “*Nas férias de verão, quando a família do Brasil vem cá passar férias, fazemos almoços à sombra dele, a que chamamos ‘o carvalho grande!’*”. Há quem recorde a plantação dos plátanos da Avenida, em Ponte de Lima, no ano de 1901: “*gostaria de ver estes plátanos classificados como árvores patrimoniais, porque têm grande significado para Ponte de Lima*” (aluna 14 anos). Um Cipreste, do Adro da Igreja da Gemieira, deveria ser classificado pela sua idade e estórias. Há oitenta anos foi atingido por um raio e queimado na parte superior. “*Só resta ele, no adro, de um conjunto de ciprestes, onde se prendiam, no passado, fitas e bandeiras por ocasião das festas*”.

Algumas árvores devem ser preservadas por serem testemunhas de um passado patrimonial que já não existe. É o caso dos sobreiros velhos no Monte de S. Veríssimo (Calvelo/Cabaços — Ponte de Lima). O aluno gostaria de ver as árvores classificadas, “*porque aquelas árvores foram plantadas quando fizeram a capela e a capela foi assaltada. Roubaram tudo, até mesmo as pedras da capela; e eu gostaria que essas árvores fossem reconhecidas!*”. Em Covas, há uma amoreira “*fora do comum*” referida por um aluno, onde as pessoas iam à procura de folhas com que alimentavam os bichos da seda que tinham em casa: “*quando eu era mais pequenino, e tinha bichinhos da seda, também era lá que eu ia buscar-lhes as folhas*”.

Apesar de tudo, na sua fragilidade, as árvores são guardiãs de eventos históricos, de vivências que já não existem, de património perdido! Restam elas para contar essas estórias. Talvez a memória visual de uma árvore monumental seja capaz de recuperar esse património perdido!

CONHECE ALGUMA TRADIÇÃO?



Quadro 6. Referência ao conhecimento de alguma tradição/ritual associada à árvore.

Algumas árvores estão ainda associadas a festividades e celebrações anuais, como é o caso do azevinho, no tempo do Natal. Isso não escapou a uma das informantes, uma menina de 13 anos: “*escolhi o azevinho porque os seus ramos são usados no Natal para decorar os centros das mesas. Ele está em vias de extinção e, por isso, deve ser classificada*”. Uma oliveira, em Serdedelo, Ponte de Lima, “*deveria ser classificada, pois era junto a ela que faziam leilões, no domingo gordo, de carne de porco!*” Lembra a aluna o uso dos ramos dessa oliveira, no Dia de Ramos: “*O Sr. Padre benze os ramos de oliveira para depois no inverno, se houver trovoada, pôr um bocadinho do ramo benzido a arder na lareira, para afastar o mal e a trovoada!*”. Assim, “*eu gostaria de ver esta árvore classificada como uma árvore patrimonial, porque é uma árvore grande, bonita, típica do Minho, e ainda faz parte da quinta em que a minha avó mais velha vive e trabalha*”.

Há árvores que ocupam um lugar nas proximidades da casa, sendo oportunamente aproveitadas para utilizações que nada têm a ver com a sua realidade vegetativa. Assim, alguns dos inquiridos conhecem a sua utilidade no ciclo agrário: “*Em maio, com a erva, faziam-se molhos e atavam-se a uma vara, colocada na vertical, presa ao velho sobreiro. No verão, com a erva de semente seca, tirava-se a semente para a próxima sementeira e a erva era utilizada para a alimentação do gado. Em outubro, servia para armazenar a palha do milho, em molhos, pendurados na vara para secar e depois servir de alimento para o gado*”. (aluna, 13 anos). Um pinheiro de Linhares é reconhecido porque “*quando era o tempo das esfolhadas, ali era o sítio onde se lanchava. É muito conhecido pela minha família e pelos meus vizinhos*” (aluno 14 anos). Já um sobreiro, da freguesia de

Serdedelo, está intimamente ligado à tradição do pastoreio da freguesia: “*Antigamente os cabreiros pastoreavam os seus animais sentados num penedo, à sombra do sobreiro*” [...] “*Esta árvore é utilizada todos os anos para representar a tradição ‘O Pastor’, da minha freguesia (Serdedelo) no cortejo etnográfico das Feiras Novas (Ponte de Lima)*”.

Mais um rito e uma árvore! Era debaixo do sobreiro centenário de Souto de Rebordões (Lugar do Sobreiro), que se “*começava a formar o clamor da Páscoa!*”, como quatro alunos referem. Outro uso e significado tem o carvalho situado em frente à capela da Sr.^a da Conceição, em Geraz do Lima: “*Esta árvore está situada junto a uma capela onde há vários anos havia catequese e as crianças que a frequentavam usavam-na para se esconderem uns dos outros, pois o tronco da árvore é oco*”. [...] “*Gostaria de vê-la classificada, pois foi usada por várias gerações para se divertirem!*” (aluna, 14 anos).

Haverá muitas razões para a admiração e defesa de uma árvore. Como é obvio, até o eucalipto pode merecer esse estatuto, nem que seja por um sentimento de solidariedade com o seu destino utilitário. Uma menina de 13 anos, de Ponte da Barca, fala assim de um eucalipto: “*Gostaria de ver este eucalipto classificado como árvore patrimonial... para dar o reconhecimento necessário a todas as árvores desta espécie que anualmente são cortadas para produzir pasta de papel, que é tão importante para o desenvolvimento da humanidade*”. O espécime que ela queria ver classificado serviria a honra de todos os que eram abatidos e usados na indústria da celulose. Na freguesia de Fontoura, refere uma aluna, há um eucalipto que toda a população defendeu do abate pela Junta Autónoma das Estradas, por ser centenário. “*Desde que a árvore nasceu a ponte é conhecida por ‘Ponte do Eucalipto Grosso’*”. Na verdade, o eucalipto é várias vezes mencionado: “*porque cheira bem*”; “*porque foi a primeira árvore que conheci*”; porque dá medicamentos; etc.

Há árvores que, pela sua raridade, mesmo sendo exógenas, merecem a atenção dos alunos. É o caso de uma “ginkgo biloba” Ginkgo (*biloba* L.), transplantada pelo avô de um aluno. O texto que escreve reproduz exatamente o texto da *wikipédia* sobre a história desta árvore do tempo dos dinossauros. Também uma árvore desta espécie, situada na Rua António Amorim, deve ser preservada, pois esta árvore “*resistiu ao ataque de uma bomba atômica!*”.

6. CONCLUSÃO

A percepção que os alunos do 9.º ano de escolaridade de escolas do Alto Minho têm sobre as árvores patrimoniais está dependente da herança histórica que tiveram desta paisagem humanizada. Os alunos referenciam desde as árvores com mais significativa presença na evolução histórica deste ecossistema, como os carvalhos, sobreiros e oliveiras, até àquelas, algumas delas exógenas, que vieram a ocupar algum destaque nas bermas dos caminhos, nos terreiros dos templos cristãos ou nos jardins das casas. Assumir ou não uma árvore como histórica e de valor patrimonial depende, sim, de algumas características morfológicas e temporais, mas a adesão à árvore escolhida e a firmeza dessa escolha depende muito do grau de proximidade espacial e da relação que essas árvores têm com as experiências de vida dos alunos e suas famílias, enfim, da posição que ocupam no contexto das vivências e tradições enraizadas nas comunidades locais.

Os alunos são confrontados com árvores de grande valor histórico e biológico em espaços que lhes estão próximos e muito frequentados no seu quotidiano. A nossa pesquisa de terreno permitiu verificar que os melhores espécimes e os melhores conjunto arbóreos não se encontram em zonas isoladas, mas nos espaços mais frequentados pelas comunidades: os caminhos e alamedas, os cruzamentos das vias, os adros das igrejas e capelas, os terreiros dos santuários, as zonas próximas das casas (quintais ou logradouros); os jardins e cercas de casas senhoriais. Algumas políticas de prevenção de incêndios podem ser perniciosas se não tiverem em conta que algumas árvores próximas das povoações, nos caminhos e junto das casas, são um património histórico a preservar e elas próprias não são um fator de risco, mas sim um fator de equilíbrio ecológico e social. Do trabalho de terreno foi também possível constatar as consequências das profundas alterações dos estilos de vida e dos processos económicos no mundo rural. Para além do abandono significativo das terras em algumas zonas do Alto Minho, verificou-se uma acentuada degradação dos olivais e dos laranjais. Há uma perda do conceito de jardim constituído só por fruteiras (como caso mais notório o dos laranjais) e dos de conjugação entre plantas aromáticas e florais/arbustivas, com as de fruta e de produção de madeira.

A partir da bibliografia consultada verificamos a importância que as novas estratégias de educação dão à relação dos educandos com a natureza, particularmente com a floresta e as árvores. Um novo conceito de educação e de promoção do saber em interligação com os espaços ‘naturais’, obriga os decisores a repensar o lugar da paisagem e dos seus constituintes naturais na educação informal. Depois de um paradigma abstrato e urbano, importa reconhecer o papel e sentido da experiência educativa fora da escola, em paisagem aberta, no profundo contacto experimental

com os elementos físicos e biológicos. A comunidade educativa parece alheia a estes desafios, como se pôde ver pela implicação de certas escolas ao desafio que lhes foi colocado. Algumas respostas (em turmas de determinadas escolas) eram absolutamente iguais, o que denota uma construção/orientação artificial da relação com o objeto em análise.

Desta investigação sai um outro elemento conclusivo: levar os alunos, a escola, para esta estratégia de inventariação e classificação das árvores, dá uma possibilidade aos alunos de se integrarem nos sentidos e vivências da localidade onde residem; de entenderem a longa história da paisagem que herdaram; de se responsabilizarem na sua preservação e interpretação; de entenderem os desafios da sustentabilidade ecológica e social que o futuro lhes reserva. Fazer da floresta e do nosso património arbóreo um espaço de aprendizagem é, como vimos, dar conteúdo ao abstrato; implicar a totalidade do corpo, desenvolvendo a psicomotricidade; fomentar a curiosidade e conseqüente criatividade; questioná-los para o lugar que ocupam dentro do ecossistema que herdaram. Importa, neste processo que saibamos entender e dar resposta àquilo que um dos alunos escreveu, quando questionado se conhecia alguma árvore de grande valor patrimonial: “*não sei, nem quero saber!*”. Teremos, certamente, um longo e difícil caminho a percorrer para que respostas como a anterior sejam uma exceção à regra.

Importa, concluindo, implementar ações que permitam à comunidade escolar aceder a toda a informação sobre o património natural deste território. Sintetizamos algumas medidas: facultar aos professores material didático sobre o património natural e arbóreo (a história da paisagem, a biodiversidade deste ecossistema; as árvores classificadas, os conteúdos que as contextualizem na vida da comunidade); tendo em conta os diferentes agrupamentos escolares, definir no território ‘unidades homogêneas paisagísticas educativas’ (selecionadas pelo seu valor ecológico, pela qualidade e diversidade dos seus constituintes; pela representatividade biológica; e pelo seu lugar na história da paisagem); definir estratégias de inserção da comunidade escolar nestas ‘unidades paisagísticas educativas’ (programação de atividades; organização dos espaços para estes fins; criação de grupos transdisciplinares para orientar as atividades); adequação dos Programas Escolares (mesmo os mais dependentes de conceitos abstratos) à experiência de terreno; estabelecer uma educação física e comportamental para estilos de vida saudável, suportadas por conteúdos presentes ou a desenvolver nas ‘unidades paisagísticas educativas’. Por fim, precisamos de construir comunidades locais informadas e seguras, para inverter a tendência da pressão dita cosmopolita sobre os espaços rurais, onde, de forma incompreensível, a árvore parece ser o centro dos problemas e não, como desejável, o elemento integrador das comunidades humanas nos ecossistemas.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTOS, M. L. (1974), “El culto a los montes entre Galaicos, Astures y Berones”. *Estudios de Arqueologia Alavesa*, 6, pp. 147-157.
- A. M. V. M. (ed.) (2011), *Atlas das Paisagens do Vale do Minho*. Valença: Associação dos Municípios do Vale do Minho.
- ATKINS, P.; SIMMONS, I. & ROBERTS, B. (1998), *People, Land & Time. An Historical Introduction to the Relations between Landscape, Culture and Environment*. London: Arnold.
- BLAIRI, D. (2009), “The child in the garden: an evaluative review of the benefits of school gardening”. *J. Environ. Educ.* 40 (2), pp. 15-38.
- BAPTISTA, F. (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Ed. Afrontamento.
- BAROJA, C. J. (1950), “Sobre el culto a los árboles y la mitología relacionada con él en la Península Ibérica”. *Homen. A D. Luís de Hoyos Sainz*, Madrid, vol. II, pp. 65-74.
- BATESON, G. (1980), *Mind and Nature: a necessary unity*. London: Fontana/Collins.
- BOTKIN, D. (dir.) (1990), *Discordant harmonies: A new ecology for the twenty-first century*. Oxford: Oxford University Press.
- BROUARD, M. A. (2015), “El aprendizaje natural, la mejor vía de acercarse al patrimonio”. *Educatio Siglo XXI*, vol. 33, n.º 1, pp. 55-82.
- BRUCHNER, PH. (2018), *Bosquescuela. Guía para la educación infantil al Aire libre*. Madrid: Ediciones Rodeno.
- CAMPELO, A. (2004), *Da natureza da cultura à cultura da natureza*. In JORGE, V. O. (coord.), *Conservar para quê?* Porto/Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- CAMPELO, A. (2010), “Espaço, construção do mundo e suas representações”. In *Dos montes, das pedras e das águas*, BETTENCOURT, Ana (ed.) & ALVES, Lara Bacelar, pp. 191-206. Braga: CITCEM; APEQ, pp. 191-206.
- CAMPELO, A. (2013), *A Paisagem. Introdução a uma gramática do Espaço*. Guimarães: UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho.
- CAMPELO, A. (2017a), “Contribution of the magical and religious geography to an anthropology of space. A case study in the north-west of Portugal”. In BETTENCOURT, A. M. S.; SANTOS-ESTÉVEZ, M.; SAMPAIO, H. A. & CARDOSO, D. (eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene rock art of the Iberian Atlantic northwest*. Oxford: BAR Publishing, pp. 7-16.
- CAMPELO, A. (2017b), “Discursos e práticas à volta das árvores e suas utilidades”. *Estudos do Quaternário*, 16, pp. 1-15.

- CHAWLA, L. (2007), “Childhood experiences associated with care for the natural world: a theoretical framework for empirical results Children”. *Youth Environ.* 17 (4), pp. 144-170.
- CHAWLA, L. (2015), “Benefits of nature contact for children”. *J. Plann. Lit.*, 30 (4), pp. 433-452.
- CHRISTIAN, H.; ZUBRICK, S.; FOSTER, S.; GILES-CORTI, B.; BULL, F. *et al.* (2015), “The influence of the neighbourhood physical environment on early child health and development: a review and call for research”. *Health Place*, 33, pp. 25-36.
- DARBY, W. J. (2000), *Landscape and Identity*. Oxford, New York: Berg.
- DESCOLA, Ph. (2005), *Pardelà nature et culture*. Paris: Gallimard.
- DORFMAN, E. (2011), *Intangible Natural Heritage: New Perspectives on Natural Objects*, New York: Taylor & Francis, Hoboken.
- ERNST, J. & THEIMER, S. (2011), “Evaluating the effects of environmental education programming on connectedness to nature”. *Environ. Educ. Res.* 17 (5), pp. 557-598.
- FARINHA, N. (2017), *Florestas do Alto Minho — Diversidade em Tons de Verde*. Lisboa: IC-Odisseia.
- FREIRE, H. (2011), *Educar en verde: ideas para acercar a niños y niñas a la naturaleza*.
- GILL, T. (2014), “The benefits of children’s engagement with nature: a systematic literature review”. *Children Youth Environ.* 24 (2), pp. 10-34.
- GIBLETT, R. (2011), *People and Places of Nature and Culture*. Bristol: Intellect.
- GURHOLT, K. P. & SANDERUD, J. R. (2016), “Curious play: children’s exploration of nature. *J. Adventure Educ. Outdoor Learn.* 16 (4), pp. 318-329.
- HAGENEDER, F. (2009), *El Legado de los Árboles: Historia, cultura y simbolismo*, Santiago de Chile: Columba.
- HOWARD, P. & PAGAYANNIS, T. (eds.) (2013), *Natural Heritage: At the Interface of Nature and Culture*. New York: Taylor & Francis.
- I. C. N. (ed.) (2009), *Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental*. Lisboa: Assirio & Alvim / Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- I. C. N. B. (ed.) (2000), *Carvalhais galaicoportugueses de ‘Quercus robur’ e ‘Quercus pyrenaica’ (9230)*. Ficha de Habitats Naturais. Plano Sectorial da Rede Natura.
- INGOLD, T. (2000), *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London and New York: Routledge.
- KAHN, P. H. & KELLERT, S. R. (eds.) (2002), *Children and Nature. Psychological, Socio cultural, and Evolutionary Investigations*. Cambridge, MA.: The MIT Press.
- LAAKSOHARJU, T. & RAPPE, E. (2017), “Trees as affordances for connectedness to place — a framework to facilitate children’s relationship with nature”. *Urban Forestry & Urban Greening*, 28, pp. 150-159.

- LEITÃO, M. A. (2011), *A Evolução da Paisagem Rural do Norte de Portugal*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestrado em Arquitetura Paisagística, Instituto Superior de Agronomia de Lisboa.
- LOHR, V. I. & PEARSON-MIMS, C. H. (2005), “Children’s active and passive interactions with plants influence their attitudes and actions toward trees and gardening as adults”. *HortTechnology*. 15, pp. 472-476.
- LOUV, R. (2006), *Last Child in the Woods: saving our children from nature-deficit disorder*. New York: Algonquin Books.
- MAFFI, L. (2001), “Introduction: On the Interdependence of Biological and Cultural Diversity”. In MAFFI, L., *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Washington, DC.: Smithsonian Institution Press, pp. 1-50.
- MAFFI, L. & WOODLEY, E. (2010), *Biocultural Diversity Conservation: A Global Source book*. London: Earthscan.
- MANIQUE, L. P. (1935), *A fragmentação da propriedade rústica*. Lisboa: s/e.
- NIKLASSON, L. & SANDBERG, A. (2010), “Children and the outdoor environment”. *Euro. Early Childhood Educ. Res. J*, 18 (4), pp. 485-496.
- O’BRIEN, L. & MURRAY, R. (2007), “Forest School and its impacts on young children: case studies in Britain”. *Urban For. Urban Greening*, 6 (4), pp. 249-265.
- PEREIRA, J. S. (2014), *O Futuro da Floresta em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RIBEIRO, O. (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- SILVA, S. J. (coord.) (2007a), *Floresta e Sociedade. Uma História Comum*. Lisboa: Público & Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- SILVA, S. J. (coord.) (2007b), *Guia de Campo. As Árvores e Arbustos de Portugal Continental*. Lisboa: Público & Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- ŞİMSEKLI Y. (2010), “The Original Activities for Environmental Education and Their Effects On Students (A Case Study in Bursa)”. *Elementary Education Online*, 9 (2), pp. 552-560.
- SIMSEKLI, Y. (2015), “An implemenation to raise environmental awareness of elementary education students”. *Social and Behavioral Sciences*, 191, pp. 222-226.
- TERESO, J. P.; HONRADO, J. P.; PINTO, A. T. & REGO, F. C. (eds.) (2011), *Florestas do Norte de Portugal: História, Ecologia e Desafios de Gestão*. Porto: InBio – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva.
- ZHANGA, H.; YING LAIA, P. & JIMB, C. Y. (2017), “Species diversity and spatial pattern of old and precious trees in Macau”. *Landscape and Urban Planning*. 162, pp. 56-67. Old and Precious Trees (OPT).
- ZHAO, L.; XU, W. & LI, R. (2017), “Visual preference of trees: The effects of tree attributes and seasons”. *Urban Forestry & Urban Greening*. 25, pp. 19-25.